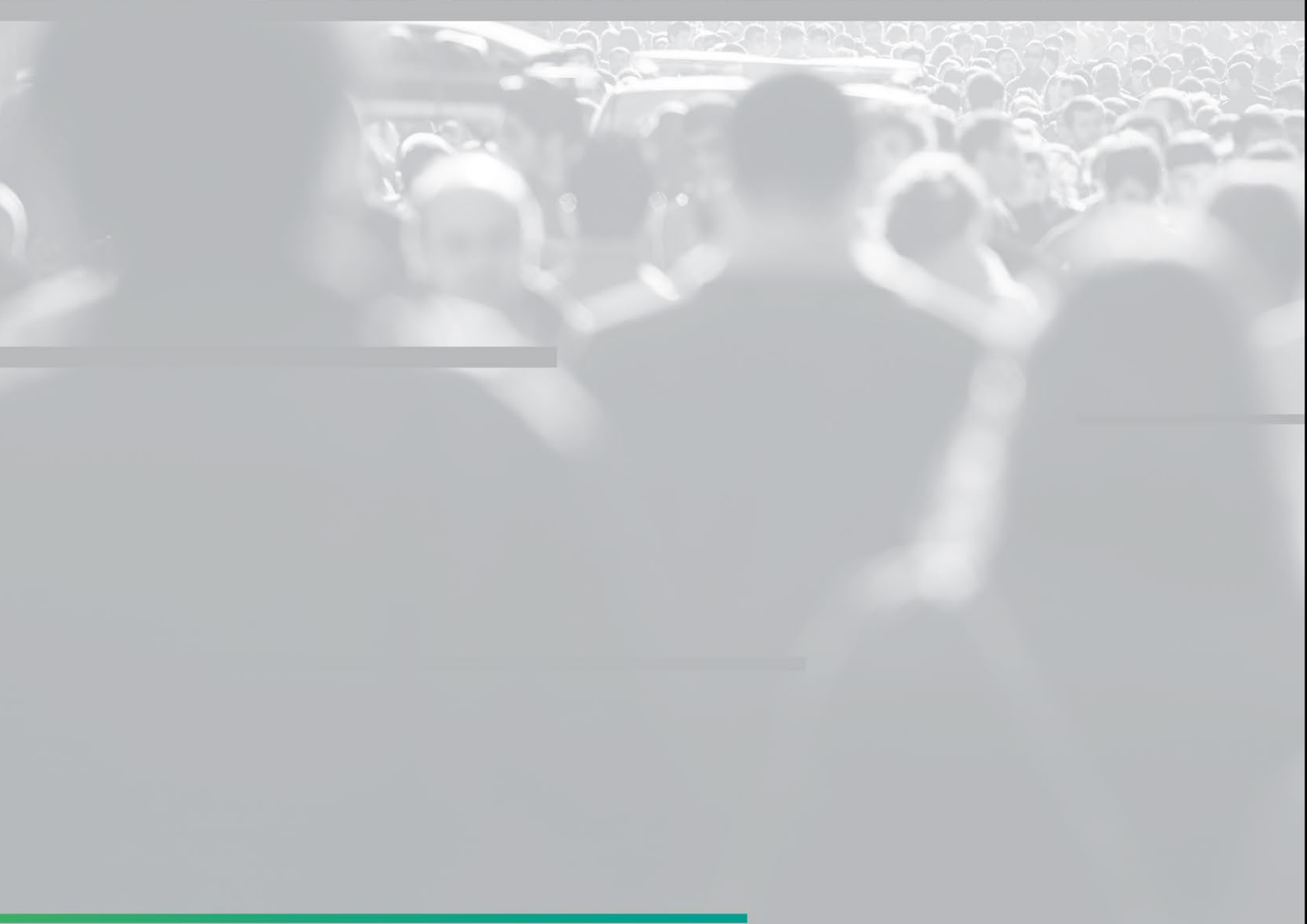


4194 | SICOOB POTIGUAR

RELATÓRIO ANUAL

2017



SUMÁRIO

Edital de Convocação	04
Conselhos e Diretoria	05
Balanco Patrimonial	07
Demonstrações de Sobras ou Perdas.....	08
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	09
Demonstrações do Fluxo de Caixa	10
Notas Explicativas.....	11
Relatório dos Auditores Independentes.....	25
Parecer do Conselho Fiscal	28

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte e dos Trabalhadores Sindicalizados da Área de Saúde e Afins na Região Metropolitana de Natal – Sicoob Potiguar, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os 4.851 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e um) associados, em condição de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará na sede social do CLUBE ATLÂNTICO, sito a Avenida Almirante Alexandrino de Alencar, 517, Alecrim, Natal/RN, por falta de acomodações na Sede Social, no dia 18/03/2018 às 7h, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 8h, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; ou às 9h, com a presença de no mínimo 10 (dez) dos associados, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária

1. Prestação das contas do exercício de 2017;
2. Destinação das sobras líquidas apuradas;
3. Fixação do valor global dos honorários, das gratificações e/ou da cédula de presença dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva;

Assembleia Geral Extraordinária

1. Referendar Política de Sucessão;
2. Política Institucional de Controles Internos e Conformidade;
3. Outros assuntos de interesse social, sem caráter deliberativo.

Natal/RN, 26 de fevereiro de 2018.

Custodio Ricardo Arrais Neto
Presidente

CONSELHOS E DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Custódio Ricardo Arrais Neto - **Presidente**
Edival Crispim de Oliveira - **Vice-Presidente**
Carlos Henrique Rodrigues Bezerra
Edilza Faustino de Lima
Eduardo Bezerra Peixoto
Geraldo Ferreira Filho
Manoel Marques de Melo
Jailton do Nascimento Ribeiro
Patricia de Holanda Mafaldo

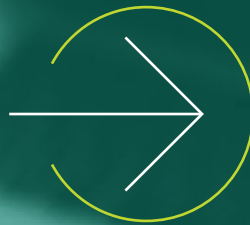
DIRETORIA EXECUTIVA

Custodio Ricardo Arrais Neto - **Dirt. Presidente**
Edival Crispim de Oliveira - **Dirt. Vice-Presidente**
Jailton do Nascimento Ribeiro - **Dirt. Administrativo**

CONSELHO FISCAL

Dennis Assis Araujo - **Efetivo**
Michael Fabro Almeida Bezerra do Nascimento - **Efetivo**
Rivadavia Pereira Cabral Neto - **Efetivo**
Carlos Jose da Silva Neto - **Suplente**
Julio Cesar de Oliveira Lima - **Suplente**
Marivania de Souza Silva - **Suplente**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

		Reapresentado	
ATIVO	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		10.916.203,65	9.522.281,11
Disponibilidades	-	937.752,39	236.144,21
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	8.014,92	7.605,29
Aplicações em Depósitos de Poupança no Bancoob	-	8.014,92	7.605,29
Títulos e Valores Mobiliários	5	618.042,41	595.142,23
Carteira Própria	-	618.042,41	595.142,23
Relações Interfinanceiras	6	4.949.711,07	3.090.858,97
Centralização Financeira - Cooperativas	-	4.949.711,07	3.090.858,97
Operações de Crédito	7	3.735.215,96	5.043.041,94
Operações de Crédito	-	4.183.838,62	5.959.098,44
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-	(448.622,66)	(916.056,50)
Outros Créditos	8	638.334,96	519.069,50
Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	59.694,97	123.740,56
Rendas a Receber	-	30.038,85	82.115,58
Diversos	-	642.372,32	400.631,76
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-	(93.771,18)	(87.418,40)
Outros Valores e Bens	-	29.131,94	30.418,97
Não Circulante		7.373.762,05	5.599.614,44
Realizável a Longo Prazo		6.340.475,07	4.654.293,13
Operações de Crédito	7	6.337.235,07	4.654.293,13
Operações de Crédito	-	6.549.903,54	4.855.179,70
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-	(212.668,47)	(200.886,57)
Outros Créditos	-	3.240,00	-
Diversos	-	3.240,00	-
Permanente		1.033.286,98	945.321,31
Investimentos	9	818.622,09	752.977,94
Participações em Cooperativas e Banco	-	818.622,09	752.977,94
Imobilizado em Uso	10	177.898,81	141.676,22
Outras Imobilizações de Uso	-	421.882,35	263.659,42
(Depreciações Acumuladas)	-	(243.983,54)	(121.983,20)
Intangível	-	36.766,08	49.236,96
Ativos Intangíveis	-	118.833,06	115.696,06
(Amortização Acumulada)	-	(82.066,98)	(66.459,10)
Diferido	-	-	1.430,19
Gastos de Organização e Expansão	-	-	73.890,00
(Amortização Acumulada)	-	-	(72.459,81)
TOTAL DO ATIVO		18.289.965,70	15.121.895,55

		Em Reais	
PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
Circulante		11.969.453,67	8.919.954,69
Depósitos	11	11.217.941,73	8.201.821,44
Depósitos à Vista	-	4.952.429,56	2.985.017,13
Depósitos a Prazo	-	6.265.512,17	5.216.804,31
Outras Obrigações	12	751.511,94	718.133,25
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	-	5.101,40	426,81
Sociais e Estatutárias	-	394.447,78	330.572,82
Fiscais e Previdenciárias	-	55.256,17	58.560,18
Diversas	-	296.706,59	328.573,44
Exigível a Longo Prazo		5.390,25	36.677,29
Outras Obrigações	12	5.390,25	36.677,29
Diversas	-	5.390,25	36.677,29
Patrimônio Líquido	13	6.315.121,78	6.165.263,57
Capital Social	-	5.011.912,77	5.266.375,91
De Domiciliados no País	-	5.045.417,77	5.277.140,91
(Capital a Realizar)	-	(33.505,00)	(10.765,00)
Reserva de Sobras	-	1.035.031,40	689.102,24
Sobras Acumuladas	-	268.177,61	209.785,42
TOTAL		18.289.965,70	15.121.895,55

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações de Sobras ou Perdas

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016

DSP	Notas	Em Reais Reapresentado		
		2º Semestre/2017	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.970.025,07	3.727.081,49	3.154.729,18
Operações de Crédito		1.946.725,87	3.672.438,57	3.079.135,04
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5	23.299,20	54.642,92	75.594,14
DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(241.514,29)	(1.284.807,42)	(1.084.276,21)
Operações de Captação no Mercado	11	(239.582,43)	(536.005,02)	(387.683,06)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		-	(22.337,61)	(79.381,72)
Resultado de Operações de Câmbio				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.931,86)	(726.464,79)	(617.211,43)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.728.510,78	2.442.274,07	2.070.452,97
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS		(1.000.732,60)	(1.915.708,55)	(1.680.367,23)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	14	629.125,02	1.245.826,17	693.810,59
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	15	266.127,35	450.073,88	110.666,86
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	16	(1.072.502,61)	(2.114.923,84)	(1.715.388,07)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	17	(1.234.085,10)	(2.395.675,03)	(1.447.564,82)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(22.844,50)	(36.821,84)	(16.612,25)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	18	272.131,69	490.891,43	429.086,38
Ingressos de Depósitos Interooperativos	6	227.181,47	527.949,38	295.725,67
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	19	(65.865,92)	(83.028,70)	(30.091,59)
RESULTADO OPERACIONAL		727.778,18	526.565,52	390.085,74
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(101,27)	(2.205,06)	54,77
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		727.676,91	524.360,46	390.140,51
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(8.943,41)	(11.544,15)	(2.735,75)
Provisão para Imposto de Renda		(4.101,44)	(5.294,14)	(1.254,63)
Provisão para Contribuição Social		(4.841,97)	(6.250,01)	(1.481,12)
SOBRAS LÍQUIDAS		718.733,50	512.816,31	387.404,76
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS			(244.638,70)	(177.619,34)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	13 d		(98.360,00)	(63.190,92)
Reserva Legal	13 d		(146.278,70)	(114.428,42)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO			268.177,61	209.785,42

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Em Reais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Fundo de Reserva		Totais
Saldo em 31/12/2015		3.382.086,03	(670,00)	774.324,28	362.639,31	4.518.379,62
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Ao Capital		359.460,22	-	-	(359.460,22)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	(3.179,09)	(3.179,09)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		431.393,95	(10.095,00)	-	-	421.298,95
Por Devolução (-)		(303.544,48)	-	-	-	(303.544,48)
Por Incorporações		1.407.745,19	-	88.417,92	-	1.496.163,11
Amortização de Perdas por Incorporação		-	-	(288.068,38)	-	(288.068,38)
Sobras ou Perdas Líquidas dos Tributos		-	-	-	387.404,76	387.404,76
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
. Fundo de Reserva		-	-	114.428,42	(114.428,42)	-
. FATES		-	-	-	(63.190,92)	(63.190,92)
Saldos em 31/12/2016		5.277.140,91	(10.765,00)	689.102,24	209.785,42	6.165.263,57
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	(166.621,64)	(166.621,64)
Ao Capital		41.868,03	-	-	(41.868,03)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	(1.295,75)	(1.295,75)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		691.431,85	(22.740,00)	199.650,46	-	868.342,31
Por Devolução (-)		(965.023,02)	-	-	-	(965.023,02)
Sobras ou Perdas Líquidas dos Tributos		-	-	-	512.816,31	512.816,31
Remuneração de Juros ao Capital:						
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(25.220,65)	(25.220,65)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
. Fundo de Reserva		-	-	146.278,70	(146.278,70)	-
. FATES		-	-	-	(73.139,35)	(73.139,35)
Saldos em 31/12/2017	13	5.045.417,77	(33.505,00)	1.035.031,40	268.177,61	6.315.121,78
Saldos em 30/06/2017		5.287.191,37	(23.785,00)	888.752,70	(205.917,19)	5.946.241,88
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		547.594,81	(9.720,00)	-	-	537.874,81
Por Devolução (-)		(789.368,41)	-	-	-	(789.368,41)
Sobras ou Perdas Líquidas dos Tributos		-	-	-	718.733,50	718.733,50
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(25.220,65)	(25.220,65)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
. Fundo de Reserva		-	-	146.278,70	(146.278,70)	-
. FATES		-	-	-	(73.139,35)	(73.139,35)
Saldos em 31/12/2017	13	5.045.417,77	(33.505,00)	1.035.031,40	268.177,61	6.315.121,78

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016

DESCRIÇÃO	Notas	2º Semestre/2017	31/12/2017	Em Reais 31/12/2016
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas do Exercício		727.676,91	524.360,46	390.140,51
IRPJ / CSLL		(8.943,41)	(11.544,15)	(2.735,75)
Provisão para Operações de Crédito		1.931,86	726.464,79	617.211,43
Depreciações e Amortizações		36.586,50	71.300,21	53.757,55
		757.251,86	1.310.581,31	1.058.373,74
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Operações de Crédito		(636.621,71)	(1.101.580,75)	(5.415.608,28)
Outros Créditos		93.200,99	(122.505,46)	(276.279,03)
Outros Valores e Bens		8.492,59	1.287,03	(11.586,81)
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos a Vista		649.917,08	1.967.412,43	935.864,87
Depósitos a Prazo		154.705,38	1.048.707,86	3.683.659,01
Outras Obrigações		(40.858,13)	2.091,65	(122.057,61)
		986.088,06	3.105.994,07	(147.634,11)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais				
Atividades de Investimentos				
Aplicação no Intangível		(2.625,00)	(3.137,00)	(28.885,26)
Aplicação no Diferido		-	(383,18)	(1.508,53)
Aquisição De Imobilizado de Uso		(33.727,17)	(90.101,55)	(67.223,58)
Aquisição de investimentos		(50.773,63)	(65.644,15)	(198.761,69)
		(87.125,80)	(159.265,88)	(296.379,06)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		537.874,81	868.342,31	421.298,95
Devolução de Capital à Cooperados		(789.368,41)	(965.023,02)	(303.544,48)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		-	(1.295,75)	(3.179,09)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		-	(166.621,64)	-
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		(25.220,65)	(25.220,65)	-
FATES Sobras Exercício		(73.139,35)	(73.139,35)	(63.190,92)
Aumento no PL por incorporações		-	-	1.208.094,73
		(349.853,60)	(362.958,10)	1.259.479,19
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos				
Aumento / Redução Líquida no Caixa e Equiv. De Caixa		549.108,66	2.583.770,09	815.466,02
Modificações no Caixa e Equiv. De Caixa				
No Início do Período		5.964.412,13	3.929.750,70	3.114.284,68
No Fim do Período	4	6.513.520,79	6.513.520,79	3.929.750,70
Variação Líquida do Caixa e Equiv. De Caixa		549.108,66	2.583.770,09	815.466,02

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercício de 2017

**CECM DOS SERV DA SEC DE EST DA SEG PUB E DA DEF SOC DO EST DO RN E DOS TRAB SIND DA AREA DE SAUDE E AFINS NA REG MET DE NATAL
– SICOOB POTIGUAR**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FIN-
DOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E DOS TRABALHADORES SINDICALIZADOS DA ÁREA DE SAÚDE E AFINS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL - **SICOOB POTIGUAR**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 12 de janeiro de 2010, filiada à CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE – SICOOB CENTRAL NE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB POTIGUAR** possui 2 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: NATAL - RN.

O **SICOOB POTIGUAR** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 08/02/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

2.1 Reapresentação dos saldos comparativos de 2016

Os saldos comparativos, relativos a 31 de dezembro de 2016, divulgados em conformidade com o previsto no Cosif 1.22.3.9, estão sendo reapresentados conforme à Resolução CMN nº 4.007/11, em razão de correção de erros e/ou mudanças de práticas contábeis realizadas pela Administração da cooperativa, conforme demonstrado a seguir:

a) **Balanco Patrimonial:**

Ativo	Publicação	Ajustes	Saldo Reapresentado
	31/12/2016		
Circulante	9.321.394,54	200.886,57	9.522.281,11
Contas com ajustes:			
Operações de Crédito	5.959.098,44	-	5.959.098,44
(Provisão para Operações de Crédito de Liq. Duvidosa)	(1.116.943,07)	200.886,57	(916.056,50)
Não circulante	5.800.501,01	(200.886,57)	5.599.614,44
Contas com ajuste:			
Operações de Crédito	4.855.179,70	-	4.855.179,70
(Provisão para Operações de Crédito de Liq. Duvidosa)	-	(200.886,57)	(200.886,57)
Total do ativo	15.121.895,55	-	15.121.895,55

Reclassificação realizada para adequação dos saldos de curto e longo prazo da Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa, anteriormente apresentada em sua totalidade em curto prazo por limitações operacionais.

b) **DSP:**

Contas	Publicação	Ajustes	Saldo Reapresentado
	31/12/2016		
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.261.656,89	(106.927,71)	3.154.729,18
Subcontas com ajustes:			
Operações de Crédito	2.890.337,08	188.797,96	3.079.135,04
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	295.725,67	(295.725,67)	-
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	62.052,33	(62.052,33)	-
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	13.541,81	62.052,33	75.594,14
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.100.085,22)	15.809,01	(1.084.276,21)
Subcontas com ajustes:			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(633.020,44)	15.809,01	(617.211,43)
OUTRAS INGRESSOS/DISPÊNDIOS OPERACIONAIS	(1.771.485,93)	91.118,70	(1.680.367,23)
Subcontas com ajustes:			
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	804.477,45	(110.666,86)	693.810,59
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	-	110.666,86	110.666,86
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	(1.712.354,77)	(3.033,30)	(1.715.388,07)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	(1.404.597,33)	(42.967,49)	(1.447.564,82)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(8.855,49)	(7.756,76)	(16.612,25)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	617.884,34	(188.797,96)	429.086,38
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	-	295.725,67	295.725,67
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	(68.040,13)	37.948,54	(30.091,59)
RESULTADO OPERACIONAL	390.085,74	-	390.085,74

Todos os ajustes realizados referem-se a reclassificações de subcontas analíticas para adequação ao leiaute de divulgação da Demonstração do Resultado conforme Documento N° 8 do Capítulo 3 do Cosif.

Damos destaque a reclassificação dos saldos de “Ingresso de depósitos intercooperativas” da conta “RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA” para a conta “OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS” no montante de R\$ 295.725,67.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) **Apuração das sobras e perdas**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez e em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro ratatemporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 2.697/2000 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da PCLD, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados por quotas do **SICOOB CENTRAL NE** e no **Bancoob**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa Singular ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Valor recuperável de ativos – impairment

Ao final de cada período de reporte, a Cooperativa Singular avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a Cooperativa Singular estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Centralização financeira

Registradas pelo montante dos recursos das filiadas (cooperativas singulares) centralizados, e incluem os encargos e variações monetárias até a data do balanço.

l) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa Singular tem uma obrigação presente legal ou implícito como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para passivos contingentes, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2017 que mereça publicação.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários	937.752,39	236.144,21
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.014,92	7.605,29
Títulos e Valores Mobiliários	618.042,41	595.142,23
Centralização Financeira – Cooperativas	4.949.711,07	3.090.858,97
TOTAL	6.513.520,79	3.929.750,70

5. Títulos e valores mobiliários

Referem-se exclusivamente a aplicações em Recibos de Depósitos Cooperativos - RDCs no SICOOB CENTRAL NE, cujos os rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016 foram respectivamente 54.642,92 e 75.594,14, com taxa média de 100% da taxa CDI nos respectivos períodos.

6. Relações Interfinanceiras

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas no SICOOB CENTRAL NE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016 foram respectivamente 527.949,38 e 295.725,67, com taxa média de 100% da taxa CDI nos respectivos períodos.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
A.D / Cheque Especial/ Conta Garantida	297.495,71	-	297.495,71	44.199,30
Empréstimos	3.531.276,95	6.373.134,77	9.904.411,72	9.810.865,95
Títulos Descontados	149.347,97	-	149.347,97	239.589,02
Financiamentos	205.717,99	176.768,77	382.486,76	719.623,87
(-) Provisões para Operações de Crédito	(448.622,66)	(212.668,47)	(661.291,13)	(1.116.943,07)
TOTAL	3.735.215,96	6.337.235,07	10.072.451,03	9.697.335,07

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA Normal	174.383,53	-	-	174.383,53	-	-	-
A 0,5% Normal	5.807.860,84	-	186.959,60	5.994.820,44	(29.974,10)	4.042.563,07	(20.212,82)
B 1% Normal	1.568.310,58	160.712,25	91.429,81	1.820.452,64	(18.204,53)	2.244.746,04	(22.447,46)
B 1% Vencidas	459.203,94	-	34.588,69	493.792,63	(4.937,93)	1.518.700,93	(15.187,01)
C 3% Normal	537.599,46	69.514,43	30.146,23	637.260,12	(19.117,80)	626.084,71	(18.782,54)
C 3% Vencidas	557.653,76	3.345,54	-	560.999,30	(16.829,98)	570.420,47	(17.112,61)
D 10% Normal	48.984,09	32.675,68	-	81.659,77	(8.165,98)	151.897,24	(15.189,72)
D 10% Vencidas	247.750,89	472,88	5.696,54	253.920,31	(25.392,03)	404.808,97	(40.480,90)
E 30% Normal	10.631,63	3.700,00	-	14.331,63	(4.299,49)	18.413,29	(5.523,99)
E 30% Vencidas	107.709,69	1.801,20	-	109.510,89	(32.853,27)	189.695,08	(56.908,52)
F 50% Normal	2.456,47	1.100,00	-	3.556,47	(1.778,24)	43.657,60	(21.828,80)
F 50% Vencidas	116.548,01	279,48	21.388,61	138.216,10	(69.108,05)	135.320,25	(67.660,97)
G 70% Normal	-	5.350,00	-	5.350,00	(3.745,00)	41.367,64	(28.957,35)
G 70% Vencidas	60.830,12	1.183,14	-	62.013,26	(43.409,28)	133.174,91	(93.222,44)
H 100% Normal	8.222,64	10.976,56	-	19.199,20	(19.199,20)	32.820,85	(32.820,85)
H 100% Vencidas	345.614,04	6.384,55	12.277,28	364.275,87	(364.276,25)	660.607,09	(660.607,09)
Total Normal	8.158.449,24	284.028,92	308.535,64	8.751.013,80	(104.484,34)	7.201.550,44	(165.763,53)
Total Vencidos	1.895.310,45	13.466,79	73.951,12	1.982.728,36	(556.806,79)	3.612.727,70	(951.179,54)
Total Geral	10.053.759,69	297.495,71	382.486,76	10.733.742,16	(661.291,13)	10.814.278,14	(1.116.943,07)
Provisões	(603.268,33)	(31.382,19)	(26.640,61)	(661.291,13)		(1.116.942,22)	
Total Líquido	9.450.491,36	266.113,52	355.846,15	10.072.451,03		9.697.335,07	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	1.552.148,51	1.979.128,44	6.373.134,77	9.904.411,72
A.D / Cheque Especial/ Conta Garantida	297.495,71	-	-	297.495,71
Títulos Descontados	132.066,66	17.281,31	-	149.347,97
Financiamentos	68.910,11	136.807,88	176.768,77	382.486,76
TOTAL	2.050.620,99	2.133.217,63	6.549.903,54	10.733.742,16

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	-	-	-	-	-
Setor Privado - Indústria	5.902,89	-	-	5.902,89	0,05%
Setor Privado - Serviços	155.227,70	1.394.853,44	148.689,90	1.698.771,04	15,83%
Pessoa Física	136.365,12	8.892.045,04	658,07	9.029.068,23	84,12%
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	297.495,71	10.286.898,48	149.347,97	10.733.742,16	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(1.116.943,07)	(230.316,67)
Constituições	(12.583.893,48)	(5.153.359,09)
Reversões	11.900.228,72	4.100.781,44
Transferência para prejuízo	1.139.316,70	165.951,25
TOTAL	(661.291,13)	(1.116.943,07)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	526.105,26	5,00%	422.840,86	4,00%
10 Maiores Devedores	1.687.711,32	16,00%	1.602.336,02	15,00%
50 Maiores Devedores	3.008.546,63	28,00%	3.034.417,11	28,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	1.458.673,95	1.082.127,85
Valor das operações transferidas no período (C/ Outros Créditos)	1.218.989,58	531.789,88
Valor das operações recuperadas no período	(387.397,18)	(155.243,78)
TOTAL	2.290.266,30	1.458.673,95

h) Operações Renegociadas

Em 31.12.2017 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 12.745,09, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa Singular por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honrados	59.694,97	123.740,56
Rendas a Receber	30.038,85	82.115,58
Parcelas a receber de consignantes por operações consignadas (a)	530.495,33	311.991,59
Diversos	115.116,99	88.640,17
(-) Provisões para Outros Créditos	(93.771,18)	(87.418,40)
TOTAL	641.574,96	519.069,50

(a) Saldo referente a parcelas de operações consignadas retidas em folha de pagamento dos tomadores e não repassada pelos consignantes, provisionado conforme resolução CMN nº 2.682/1999.

9. Investimentos

O saldo é representado por quotas do **SICOOB CENTRAL NE** no total de 817.795,09 e quotas do **BANCOOB** no total de 827,00.

10. Imobilizado de uso

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Instalações	131.823,30	25.341,33	20%
Móveis e equipamentos de Uso	121.605,34	89.380,21	10%
Sistema de Comunicação	10.317,03	5.394,03	10%
Sistema de Processamento de Dados	145.159,57	130.566,74	20%
Sistema de Segurança	12.977,11	12.977,11	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	(243.983,54)	(121.983,20)	
TOTAL	177.898,81	141.676,22	

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro ratatemporis”, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

As despesas com captações nos exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016 foram respectivamente 536.005,02 e 387.683,06.

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	1.143.297,40	10%	1.102.298,13	14%
10 Maiores Depositantes	4.422.538,00	40%	3.016.986,81	37%
50 Maiores Depositantes	7.904.838,26	71%	6.067.241,86	75%

12. Outras Obrigações

12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado De Atos Com Associados (a)	95.405,86	68.884,77
Resultado De Atos Com Não Associados (a)	25.220,65	6.018,78
Cotas De Capital A Pagar (b)	273.821,27	255.669,27
TOTAL	394.447,78	330.572,82

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa Central, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 15% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	2017	2016
Contribuição Social	1.063,09	492,16
Imposto de Renda	487,76	222,69
ISSQN a recolher	172,08	1.070,86
INSS a recolher	10.408,40	12.290,22
IRRF a recolher	209,09	29,81
IRRF a recolher - pessoa física	3.887,73	4.736,12
PIS/COFINS/CSLL a recolher	402,65	-
IRRF a recolher	1.638,40	2.145,90
INSS a recolher	22.753,78	28.518,42
FGTS a recolher	9.175,16	6.493,41
PIS a recolher	1.212,26	1.374,83
IRRF sobre aplicações financeiras	2.426,03	644,73
ISSQN a recolher	743,48	295,50
PIS faturamento a recolher	93,27	31,84
COFINS a recolher	582,29	213,69
TOTAL	55.255,47	58.560,18

12.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	5.559,68	333,15
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	53.188,93	26.832,75
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	119.468,64	179.081,48
Provisão para Passivos Contingentes (b)	5.390,25	36.677,29
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	31.772,93	-
Credores Diversos - País	86.716,41	121.754,06
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	5.559,68	333,15
TOTAL	302.096,84	365.250,73

(a) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com folha, aluguéis, comunicação, propaganda e publicidade, vigilância e segurança, transporte de valores, plano de saúde seguros, e outras despesas de cunho administrativo.

(b) Constituída provisão para demandas judiciais no montante de R\$ 5.390,25 para fazer face a eventuais perdas que possam advir em função de questões trabalhistas, considerando o entendimento dos assessores jurídicos da Cooperativa que classificam essas demandas como perda provável (Vide nota 23).

(c) Refere-se à contabilização, a partir de janeiro de 2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 1.016.773,40, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	5.011.912,77	5.266.375,91
Associados	4.553	4.406

b) Reservas de Sobras – Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária Conjunta, realizada em 01 de novembro de 2016, foi deliberada a absorção das perdas da incorporada (Sicoob Sindicred RN) por meio das cotas de capital de seus associados até a data da efetiva incorporação pelo Sicoob Potiguar. No entanto, em razão de limitações operacionais, as perdas no valor de R\$ 199.650,46 foram absorvidas com reservas da incorporadora (Sicoob Potiguar) em 2016.

Durante o exercício de 2017, as limitações operacionais foram superadas e desta forma, o valor anteriormente absorvido pelo Fundo de Reserva foi revertido e debitado na conta de capital dos associados do incorporado Sicoob Sidicred RN, recompondo tal reserva do Sicoob Potiguar no exercício de 2017.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 18 de Março de 2017, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para o aumento do capital social no percentual de 20% (total de R\$ 43.163,78, deste R\$ 1.295,75 a ex-associados) e destinação aos associados no percentual de 80% (R\$ 166.621,64).

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Sobra líquida de tributos e JCP	512.816,31	387.404,76
Sobra líquida decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(25.220,65)	(5.976,71)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	487.595,66	381.428,05
Reserva legal - 30%	(146.278,70)	(114.428,42)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 15%	(73.139,35)	(57.214,21)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	268.177,61	209.785,43

14. Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços

Descrição	2017	2016
Rendas de Cobrança	868.285,35	373.981,60
Rendas de Outros Serviços	377.540,82	319.828,99
TOTAL	1.245.826,17	693.810,59

15. Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias

Descrição	2017	2016
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	117.887,45	19.995,66
Rendas de Serviços Prioritários - PF	93.741,15	21.630,20
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	1.077,52	3.668,39
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	237.367,76	65.372,61
TOTAL	450.073,88	110.666,86

16. Dispêndios com Pessoal

Descrição	2017	2016
Dispêndios De Honorários	(409.360,00)	(321.399,96)
Ajuda de Custo	(935,80)	-
Assistência Médica	(63.629,98)	(4.323,06)
Vale Transporte	(4.308,48)	(3.347,65)
Alimentação Do Trabalhador	(292.714,19)	(228.814,06)
Seguros	(3.022,32)	(36,95)
Outros Dispêndios de Pessoal Benefícios	(934,60)	(24.380,00)
Dispêndios De Pessoal - Encargos Sociais	(400.269,18)	(354.049,79)
Salários	(658.287,14)	(540.856,68)
Comissão de Cargo	(1.600,00)	(19.106,66)
Horas Extras	(4.853,93)	(24.354,62)
Quebra De Caixa	(15.146,57)	(8.191,27)
13º Salário	(62.282,60)	(56.451,61)
Gratificações	(1.050,00)	(350,00)
Férias	(90.791,21)	(96.380,05)
Férias Indenizadas	(529,22)	(1.521,52)
Multa sobre Rescisões Trabalhistas FGTS	(43.791,53)	(1.929,25)
Aviso Prévio Indenizado	(8.459,56)	(17.583,36)
13º Salário Indenizado	(529,22)	(1.521,52)
Provisão para Reajuste Salarial	(24.948,27)	-
Dispêndios De Remuneração De Estagiários	(3.486,00)	-
Despesas de Pessoal - Treinamento	(23.994,04)	(10.790,06)
TOTAL	(2.114.923,84)	(1.715.388,07)

17. Outros Dispêndios Administrativos

Descrição	2017	2016
Despesas de Água, Energia e Gás	(46.381,84)	(41.693,52)
Despesas de Aluguéis	(127.511,02)	(98.547,59)
Despesas de Comunicações	(138.180,38)	(101.347,67)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(30.920,80)	(21.957,28)
Despesas de Material	(21.422,39)	(23.466,49)
Despesas de Processamento de Dados	(137.632,28)	(72.781,30)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(52.339,69)	(25.175,19)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(1.906,43)	(3.657,00)
Despesas de Publicações	(440,00)	(1.200,00)
Despesas de Seguros	(10.447,36)	(7.359,95)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(863.447,45)	(469.738,81)
Despesas de Serviços de Terceiros	(73.982,98)	(48.980,49)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(7.175,30)	(4.115,99)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(35.126,31)	(61.036,30)
Despesas de Transporte	(25.023,73)	(18.404,80)
Despesas de Viagem ao Exterior	(18.700,70)	-
Despesas de Viagem no País	(34.166,64)	(12.027,63)
Despesas de Multas Aplicadas pelo Banco Central	-	-
Outras Despesas Administrativas	(214.857,64)	(91.953,41)
Despesas de Amortização	(17.421,25)	(17.853,42)
Despesas de Depreciação	(53.878,96)	(35.904,13)
Emolumentos judiciais e cartorários	(4.239,05)	(2.064,86)
Contribuição a OCE	(10.193,86)	(7.254,97)
Rateio de despesas da Central	(337.257,86)	(281.044,02)
Rateio de despesa do sicoob conf.	(133.021,11)	-
TOTAL	(2.395.675,03)	(1.447.564,82)

18. Outras Receitas Operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	101.804,63	45.065,75
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	11.331,19	-
Rendas juros cartão de crédito	244.393,11	229.574,05
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	42.914,70	78.394,83
Crédito receita Sipag - faturamento	2.108,88	247,36
Crédito receita Sipag - antecipação	9.000,46	1.390,98
Rendas intercâmbio - cartão de crédito	14.337,68	12.551,02
Rendas intercâmbio - cartão de débito	13.116,51	5.789,47
Receita volume financeiro - rede	129,22	91,98
Outras rendas operacionais	51.755,05	55.980,94
TOTAL	490.891,43	429.086,38

19. Outras Despesas Operacionais

Descrição	2017	2016
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	(1.742,06)	(15.809,01)
Despesas de Provisões Passivas	(10.075,02)	-
Outras Despesas Operacionais	(70.186,70)	(14.281,28)
Descontos concedidos - operações de crédito	(1.024,92)	(1,30)
TOTAL	(83.028,70)	(30.091,59)

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2017**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Com Vínculo de Grupo Econômico	118.654,48	0,92%	112,16
Sem vínculo de Grupo Econômico	570.725,82	4,45%	1.980,58
TOTAL	689.290,30	5,73%	2.092,74
Montante das Operações Passivas	30.940,00	0,67%	

Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2017**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	10.197,71	245,88	7%
Empréstimo	377.535,58	4.584,40	4%
Financiamento	34.588,69	345,89	9%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	52.504,05	1,06%	0%
Depósitos a Prazo	168.884,18	2,7%	0,54%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxas Conforme Políticas Internas
Empréstimos	2,71%	1,97% a 7,99%
Financiamento	2%	1,80% a 3,30%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	97,13%	91% a 99,50%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
Empréstimos e Financiamentos	4,21%

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central, inclusive diretores. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela Cooperativa Singular do pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017	
Honorários	(213.180,00)
Encargos Sociais	(62.014,09)

21. Cooperativa Central

O **SICOOB POTIGUAR**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE- SICOOB CENTRAL NE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL NE** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL NE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB POTIGUAR** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL NE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever proporcionalmente à sua participação nessas operações.

22. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

22.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA). Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br).

sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

22.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB POTIGUAR** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, o **SICOOB POTIGUAR** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o **SICOOB POTIGUAR** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

22.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB POTIGUAR** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o **SICOOB POTIGUAR** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB POTIGUAR** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

22.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB POTIGUAR** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o **SICOOB POTIGUAR** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

23. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016
	Provisão para demandas judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais
Cíveis	5.390,25		5.390,25
TOTAL	5.390,25		5.390,25

Dos processos judiciais em que a Cooperativa figura como polo passivo, duas deles foram classificadas como perdas possíveis pelos nossos assessores jurídicos, totalizando R\$ 11.000,00.

24. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativos Ponderados pelos Risco (RWA)	11.724.187,16	10.998.956,15
Patrimônio de Referência (RWA _{RPS})	6.295.764,36	6.145.486,62
Patrimônio de Referência (RWA _{RPS} + ACP)	1.524.144,33	1.429.864,30
Capital Principal - CP	820.693,10	769.926,93
Nível I	996.555,91	934.911,27
Adicional de Capital Principal - ACP	293.104,68	274.973,90
Índice de Basileia %	53,70%	55,87%
Razão de Alavancagem (RA) %	32,38%	37,46%
Índice de imobilização %	3,10%	2,81%

25. Seguros Contratados – Não Auditados

O **SICOOB POTIGUAR** adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Natal, 31 de dezembro de 2017

CUSTODIO RICARDO ARRAIS NETO
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 315.236.504-78

JULIHARLEANE JERONIMO GOMES
CONTADORA
CRC/ES-014193/O-7 S-PB

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretária de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte e dos Trabalhadores Sindicalizados da Área de Saúde e Afins na Região Metropolitana de Natal – Sicoob Potiguar - Natal - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretária de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte e dos Trabalhadores Sindicalizados da Área de Saúde e Afins na Região Metropolitana de Natal – Sicoob Potiguar, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Potiguar em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Recomposição do Fundo de Reserva

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 13.b relativa à recomposição do Fundo de Reserva no valor de R\$ 199.650,46 representado na demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Conforme nota explicativa nº 13.b, foi deliberado em 2016, na AGE conjunta de incorporação do Sicoob Sindicred RN pelo Sicoob Potiguar, o pagamento das perdas da incorporada ainda no exercício de 2016 pelos seus associados por meio dos saldos individuais da conta capital social. No entanto, em razão de limitações operacionais, em 2016 as perdas foram absorvidas pelo Fundo de Reserva do Sicoob Potiguar e, em 2017, superadas essas

limitações, tal fundo foi recomposto. Em razão da imaterialidade de tal movimentação, não modificamos nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Potiguar para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 27 de janeiro de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 21 de fevereiro de 2018.
 Vinícius Gasparino Rezende de Souza
 Contador CRC DF 019168/O-6
 CNAI 2068



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte e os Trabalhadores Sindicalizados da Área de Saúde e Afins na Região Metropolitana de Natal - SICOOB Potiguar - CNPJ: 02.382.755/0001-23, exercendo seu papel legal, nos termos da Legislação Vigente e do Estatuto Social do SICOOB Potiguar, referente a análise nos Relatórios e Demonstrativos Contábeis até 31.12.2017.

Tomando por base os balancetes, verificamos que o Balanço Patrimonial (Anual) está de acordo com os documentos apresentados. Que foram devidamente conferidos, assim como as Demonstrações dos Resultados Semestrais e do Exercício Contábil de 2017. Todavia, observando-se, as ressalvas constantes no Relatório de Auditoria Interna do SICOOB NE de 2017, confeccionado pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa — CNAC Auditor Responsável: Vinicius Gasparino Rezende de Souza - CRC / DF 019168/0-6 — CNAI 2068. Datado de 21 de fevereiro de 2018.

Neste sentido, somos favoráveis, por unanimidade, à aprovação dos Demonstrativos Contábeis da Cooperativa SICOOB Potiguar para o Exercício de 2017. E recomendamos a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária referente ao Exercício de 2017.

Natal /RN, 12 de março de 2018.

Dennis Assis Araújo
Coordenador

Michael Fabro Almeida Bezerra do Nascimento
Secretário

Rivadávia Pereira Cabral Neto
Conselheiro

